



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009241-10.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Nulidade / Inexigibilidade do Título**  
 Requerente: **CLEIDE MAURIEN ANTUNES MARQUES**  
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória Negativa de Propriedade e Inexistência de Débito, com pedido de antecipação da tutela, proposta por **CLEIDE MAURIEN ANTUNES MARQUES**, em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que foi proprietária da moto Sundown/Max 125 SE, placa DNP-6206, Renavam 00875191746 que foi objeto para acerto de verbas trabalhistas com um dos funcionários de comércio havido com o seu ex-marido, não tendo ocorrido transferência e comunicação ao Detran/SP, levando a inscrição de seu nome no Cadin e na Dívida Ativa pela inadimplência do IPVA dos exercícios de 2011 a 2014, razão pela qual requer o bloqueio do veículo até a regularização do documento pelo atual proprietário, a inexigibilidade do IPVA a partir de 2011 e a exclusão do seu nome do Cadin e da Dívida Ativa.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 9-20.

A antecipação da tutela foi indeferida (fls. 21-22).

Citada (fl. 27), a Fazenda do Estado de São Paulo apresentou contestação, às fls. 28-42, na qual sustenta, em síntese, que: I) a requerente não comunicou a venda ao Detran e, com isso, continua sendo responsável pelo IPVA da referida moto; II) a autora não comprova que não detém mais a posse/propriedade do veículo; III) é reconhecida a solidariedade do antigo proprietário de automotor que não comunica transferência à autoridade tributária.

Juntou documentos às fls. 45-52.

Foi designada audiência (fls. 53-54), tendo sido colhido o depoimento pessoal da autora (fls. 57).

**É O RELATÓRIO.**

**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

O processo pode ser julgado no estado em que se encontra, sobretudo porquanto



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

desnecessária a produção de outras provas para convencimento judicial sobre a questão (artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil).

O pedido merece parcial acolhimento.

Inicialmente, cumpre salientar que a venda de automóvel é um ato formal, na medida em que, para a efetivação da transferência, há a necessidade de assinatura, com firma reconhecida, do Certificado de Registro de Veículo CRV.

Uma vez alienado o veículo, há a transferência de propriedade, com a consequente subrogação de direitos e deveres concernentes à própria relação de direito consubstanciada.

Assim, a cada sujeito que celebre a tradição de um bem móvel, cumpre satisfazer os respectivos encargos tributários, determinados em razão da detenção, eis que criada nova relação.

Para a Administração, enquanto não houver a comunicação prevista no artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro ou a expedição de novo certificado de registro, a titularidade da propriedade será de quem consta no registro antigo. Tal regra é uma formalidade administrativa para direcionar o IPVA, as multas e penalidades correspondentes sobre as infrações cometidas, pois, de outro modo, não teria como o DETRAN tomar ciência das inúmeras transferências de veículos realizadas diariamente.

É notório que a autora não comunicou ao Detran a transferência da moto mencionada na inicial, como exige o artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro. Contudo, ouvida em juízo, afirmou de forma convincente não ter mais relação de direito material com a motocicleta Sundown/Max 125 SE, placa DNP-6206, Renavam 00875191746, em decorrência do desfazimento de seu negócio comercial juntamente com o ex-marido, quando então, para quitar dívidas trabalhistas com antigo funcionário, lhe entregou o bem em pagamento, sem, entretanto, providenciar o respectivo bloqueio e autenticar o documento o CRV. Dessa forma, se, por um lado, desobrigá-la do pagamento do IPVA, alusivo aos exercícios de 2011 a 2014, configuraria isenção desmedida, por outro, é legítima a sua pretensão de ter o seu nome desvinculado da referida moto, pois, do contrário, estaria indefinidamente condenada a responder por encargos relativos a bem com o qual não possui mais relação de propriedade.

Esclarecedor, sobre o tema, trecho extraído do v. Acórdão de lavra do i. desembargador Souza Meirelles (Apelação nº 0027808-69.2010.8.26.0053, datada de 11 de março de 2015):

*Malgrado nobre a finalidade do dispositivo, no sentido de apenas aceitar a comunicação de transferência caso comprovada por meio do*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*documento adequado, garantindo a fidelidade dos registros do órgão de trânsito e a existência de responsável pelo veículo, a este não pode se dar interpretação rígida ao ponto de manter o alienante vinculado ad perpetuam ao bem alienado. Com efeito, não se pode chegar ao limite de entender que, porque o vendedor comunicou a transferência após o prazo de 30 dias ou não dispõe de cópia autenticada do documento de venda, continuará responsável pelos débitos a incidirem sobre o veículo indefinidamente, até que o adquirente, sponte propria, resolva assumir seus deveres. Neste caso, há de se permitir a comunicação de transferência mesmo que extemporânea bloqueando o cadastro do veículo, desde que comprovada de forma satisfatória a alienação do bem Nada mais coerente, afinal, se o veículo é alienado, absolutamente injusto eternalizar a responsabilidade do vendedor simplesmente porque não possui determinado documento ou maior identificação do adquirente, quanto mais à vista de ser notório que, infelizmente, é comum a realização de vendas de veículos sem que atendidas as formalidades necessárias. Por evidente, não se pretende incentivar ou de qualquer maneira compactuar com negócios realizados à margem do regramento legal. Entrementes, não parece razoável, de outro lado, prestigiar-se irrestritamente o direito positivo em detrimento da realidade fática, até porque cabalmente antijurídico tornar qualquer pessoa que seja indefinidamente responsável por bem com o qual não possui mais relação de propriedade. [grifei e negritei]*

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido, com fundamento no artigo 487, I, do CPC, para condenar o requerido a desvincular o nome da autora como proprietária da moto Sundown/Max 125 SE, placa DNP-6206, Renavam 00875191746, e, dessa forma, a responsabilidade por todos os encargos sobre o veículo, permanecendo, contudo, a exigibilidade do IPVA, referente aos exercícios de 2011 a 2014, assim como a inscrição de seu nome no Cadin até o pagamento dos referidos tributos.

Tendo havido sucumbência recíproca, as custas devem ser rateadas em 50% para cada parte, observando-se que a autora é beneficiária da gratuidade de justiça, e a requerida é isenta de custas, na forma da lei.

Fixo os honorários advocatícios, por equidade, em R\$ 770,00, a serem rateados entre os patronos do autor e requerida, na proporção de 50% para cada um.

P.I.

São Carlos, 01 de setembro de 2016.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**